18:03 84%

_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliu Lyra (quinzenal) _ Inajá Sartara (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábia Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

ELIO GASPARI

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
editoria.oglobo@oglobo.com.br

É a segurança, senhores

As celebrações do 8 de Janeiro tiveram todos os ingredientes típicos dos eventos de Brasília: as enfadonhas nominatas, com os intermináveis registros de presenças e discursos em louvor da democracia. Faltou uma só peça: a discussão dos fatores que permitiram a ocorrência das invasões.

Os ônibus convocados trazendo milhares de pessoas para a "Festa da Selma" chegavam a Brasília desde a véspera. Candidamente, diversos ministros contaram que, no início da tarde, estavam almoçando. Nenhum depoimento revelou alguém que, desde o início da manhã, estivesse organizando qualquer tipo de resistência.

A tentativa de golpe vinha sendo articulada havia semanas. Hoje culpa-se o culpado, e seu nome é Jair Bolsonaro. Contudo, se um sujeito tem uma joalheria, e ela é assaltada, a culpa é do ladrão, mas o dono da loja deveria ter pensado na proteção de seu patrimônio. O que houve em Brasília foi o colapso do sistema de segurança pública, que está bichado em todo o país.

Em São Paulo, o governador diz que câmeras corporais colocadas nos uniformes dos PMs não protegem os cidadãos. No Rio, o chefe de uma grande milícia decide se entregar à Polícia Federal. Pudera, Ecko, irmão de Zinho, morrera baleado quando estava preso, dentro de uma viatura da PM. (Nada de novo, há mais de 50 anos a poeta americana Elizabeth Bishop contou a morte do bandido Micuçu numa favela. Na verdade, ele saiu vivo do morro e foi executado dentro de uma viatura.)

Olhando para o 8 de Janeiro pelo retrovisor, aprende-se que as forças encarregadas da segurança mal se falam. No Rio, prenderam-se pessoas que nada mais deviam à Justiça. O erro foi descarregado sobre o equipamento de reconhecimento facial. Daí, foi repassado a outro equipamento, que deveria informar a situação dos detidos. Traduzindo, compraram suas traquitanas de última geração, para nada. Um dos milicianos mais procurados do Rio deixou a cadeia, com alvará. São diversos os casos de bandidos libertados por juízes plantonistas. Em sete anos, a Justiça de São Paulo soltou 30 quadros do Primeiro Comando da Capital. Um desembargador do Rio que praticava esse tipo de gracinha foi investigado pelo Conselho Nacional de Justiça e retomou seu cargo. A mulher do chefe de uma organização criminosa frequentava gabinetes do Ministério da Justiça. Exposto o absurdo, a cavalaria governista investiu contra uma jornalista.

Com o crescimento do crime organizado e dos índices de letalidade das polícias, o governo federal fingiu que acordou e lançou mais um plano. O que aconteceu em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 foi um genérico das PMs amotinadas no Ceará, no Espírito Santo e na Bahia. Esses motins são, por sua vez, genéricos de polícias que saem matando "suspeitos", como ocorreu na Baixada Santista há algumas semanas.

Sabe-se lá quem Lula colocará no Ministério da Justiça. Até agora, o favorito é o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski. Seria um ministro tipo exportação. Tem biografia e currículo, mas nunca prendeu um bandido.

A segurança pública está bichada, e, nos próximos meses, com as campanhas municipais, o tema reaparecerá. É certo que será central em 2026. Se o governo começar a trabalhar amanhã, poderá mostrar resultados. Se acreditar nos próprios planos grandiosos, acordará tarde.

ARTIGO

'Habemus Supremum'

RENATA GIL

A expressão *Habemus Papam*, que traduz o anúncio público da escolha de um novo Papa, admite uso coloquial e tem perfeito cabimento quando expressa a ocupação de um espaço institucional em momentos de incerteza e insegurança política e jurídica.

No último ano, assistimos com preocupação à crise democrática que se instalou em Israel antes do conflito bélico na Faixa de Gaza, em razão de atos do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para impedir que o Supremo daquele país avaliasse atos do Executivo. Fez isso por meio do Parlamento, por ele controlado, usando leis de caráter eminentemente antidemocrático.

Em julho, em pleno recesso forense brasileiro, conversei com ministros do nosso Supremo Tribunal Federal, pensando em ato de apoio ao Supremo israelense, conduzido por uma mulher, a magistrada Esther Hayut.

Na sessão do dia 23 de fevereiro, o ministro Dias Toffoli foi enfático em registrar que esteve com a presidente e que "ela já falava das dificuldades e dos ataques que eles estavam sofrendo, assim como nós aqui", completou, afirmando que "ataques à Suprema Corte não são 'privilégio' brasileiro".

A tendência de controlar as Supremas Cortes já foi evidenciada em vários países que tentaram promover reformas constitucionais, como Israel e Angola, ou destituíram membros da Corte, como se deu em El Salvador, Venezuela e Polônia. A razão está no caráter estruturante que as Cortes Constitucionais desempenham nas democracias.

Mas as tentativas de destruição do Estado Democrático não passam de arroubo autoritário de poucos incapazes de enxergar o mundo contemporâneo, que tem caminhos de institucionalidade bem definidos, traçados há anos.

Supremo Tribunal Federal se encarregou bem de seu papel de proteção ao Estado Democrático de Direito

Interpretando as lições de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em sua nova obra, "Como salvar a democracia", o Brasil vai bem porque tem instituições sólidas; porque sua Constituição é a salvaguarda de direitos fundamentais, ao passo que contempla o sistema de maiorias democráticas (mesmo com multipartidarismo); o Parlamento é forte; e o Judiciário é independente. Neste último caso, muito em razão das prerrogativas constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade (artigo 95 da Constituição).

Por aqui, o Supremo Tribunal Federal se encarregou bem de seu papel de proteção ao Estado Democrático de Direito, seja pela prática dos atos judiciais a que foi instado, seja pela capacidade de diálogo relevante com os poderes constituídos, com as Forças Armadas.

Em Israel, a ministra Esther Hayut, ex-chefe do Judiciário, se despediu da Suprema Corte dando um exemplo belíssimo de autoridade e do compromisso de cumprir as leis do seu país, ao capitanear a votação que impediu as normas que reduziam as atuações do sistema de Justiça em defesa da democracia de prevalecer sobre as orientações que devem nortear os mandatários do poder. For 8 votos a 7, em apertadíssima maioria, venceu a possibilidade de aplicação do critério da razoabilidade, regra importante e bem usada ao longo dos anos pelo Judiciário, extirpada por lei, para impedir excessos odiosos do Executivo ou de autoridades.

Os protestos nas ruas e a participação do povo israelense nesse debate fortaleceram a atuação da Suprema Corte. Tanto a atuação da Corte como a da população em apoio ao Judiciário nos servem bem em meio aos atos de memória de um ano do fatídico 8 de Janeiro. Onde há Supremo com independência funcional, há garantia de ordem constitucional, de democracia e de cidadania. No Brasil, nós temos Supremo.

Renata Gil, juíza criminal, é a primeira mulher eleita presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e integrante nomeada para o Conselho Nacional de Justiça

ARTIGO

Plataforma inclusiva

CLARICE COPPETTI E JOELSON MENDES

Trabalhar numa plataforma em alto-mar inclui muitos desafios, além daqueles inerentes ao próprio ofício: distância de casa, confinamento, turno, comunicação restrita. E essas adversidades são multiplicadas quando pensamos em grupos sub-representados e pouco vistos nas plataformas, como as mulheres.

Essa tem sido uma reflexão diária para nós, que buscamos potencializar práticas de inclusão e temos como prioridade a atenção total às pessoas. Como seria a plataforma ideal para uma equipe diversa, hoje e no futuro próximo?

Com essa motivação e vontade de transformar a missão em prática, escolhemos a P84 e a P85 — plataformas "gêmeas" que começarão a operar em 2028 na Bacia de Santos — para ser símbolos da nossa "plataforma dos sonhos para todas as pessoas". A proposta é que essas unidades, em fase de contratação, iniciem a produção de óleo e gás já com as adequações capazes de proporcionar um ambiente *offshore* mais inclusivo. E mais: que esse projeto-piloto leve os mesmos conceitos para outras unidades já existentes. A P84 e a P85, juntas, terão capacidade para abrigar até 480 trabalhadores(as).

Tudo começou quando um grupo de mulheres que atua na Bacia de Santos resolveu fazer um levantamento para obter um diagnóstico de diversidade nas plataformas. A partir daí, o grupo estruturou o projeto com frentes de atuação.

Frente de gestão para a diversidade trabalha pensando na retenção de mulheres no ambiente 'offshore'

A frente de gestão para a diversidade trabalha pensando em retenção de mulheres, recrutamento, gestão de camarotes, comunicação a bordo, prevenção contra assédio e apoio psicossocial. Recrutamento com foco na diversidade será prioridade, além da capacitação de toda a liderança nos temas de inclusão.

O grupo de contratos cuida de ajustes na contratação, uma vez que 70% dos trabalhadores de plataformas são de empresas parceiras da Petrobras. Outra frente de atuação é o espaço físico. São necessários mais camarotes femininos e um maior número de camas, o que será atendido com a implementação de camarotes duplos para permitir flexibilidade na alocação. A internet por fibra óptica ampliará a comunicação com as famílias. Em paralelo, também olhamos para o ambiente e a inclusão nas plataformas que já operam. Vêm sendo organizadas rodas de conversas sobre convivência a bordo, respeito e diversidade.

Além das questões relacionadas à inclusão, as plataformas P84 e P85 serão modelos de evolução tecnológica para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Adotarão o conceito *all electric*, que proporcionará mais eficiência de energia e redução de 30% na intensidade de emissões de gases de efeito estufa por barril de óleo produzido. Essas mudanças já vêm sendo incorporadas ao projeto. A perspectiva é que a P84 e a P85 sejam um marco na história da produção e exploração de petróleo, trazendo uma nova abordagem para o conceito de plataforma *offshore*.

Clarice Coppetti é diretora de Assuntos Corporativos da Petrobras. **Joelson Mendes** é diretor de Exploração e Produção da Petrobras

N. da R.: Bernardo Mello Franco voltará a escrever no dia 24 de janeiro